



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
(RETIFICADO)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto: Registro de preços para a aquisição parcelada de produtos de panificação, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais e Departamentos do Município de Ribeirão Corrente - SP.

1.2. Conforme tabela abaixo, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO	V. UNIT. R\$	V. TOTAL R\$
1	200	UNID.	BEIJINHO PRONTO 2KG: Doce tradicional brasileiro a base de leite condensado, coco ralado e açúcar. Utilização: recheio de bolos e tortas. Sem glúten. Embalagem contendo no mínimo 2 kg. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	60,17	12.034,00
2	50	LATA	CEREJA COM TALO: Ingredientes: Cerejas, água, açúcar, glicose, aroma artificial de marrasquino, acidulante, ácido cítrico e corante vermelho 40. Contém aromatizante sintético idêntico ao natural. RESTRIÇÃO ALIMENTAR este produto NÃO CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS, CONTÉM	177,23	8.861,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			OLEAGINOSAS E PODE CONTER TRAÇOS DE AMENDOIM, SOJA LEITE, GLÚTEN ou albumina conforme RDC 26/2015. Antes de consumir é indicado que consulte um profissional habilitado. Embalagem mínima de 1,65kg. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
3	200	UNID.	<p>CHANTILY: Creme Chantilly UHT pronto para uso.</p> <p>Apresentação: Embalagem cartonada asséptica de 1 litro.</p> <p>Características: Produto à base de creme de leite e estabilizantes, pronto para bater. Textura leve, aerada e cremosa após o preparo. Sabor suave, levemente adocicado, característico de chantilly. Cor branca uniforme, sem grumos ou separação de fases. Rendimento elevado após o batimento, mantendo firmeza e estabilidade.</p> <p>Validade: Mínimo de 6 meses a partir da data de fabricação.</p> <p>Embalagem: Caixa cartonada asséptica de 1 litro, com tampa</p>	27,80	5.560,00



			<p>plástica de fácil abertura e vedação.</p> <p>Rotulagem conforme legislação vigente da ANVISA e MAPA, contendo: denominação do produto, lista de ingredientes, informações nutricionais, lote, data de fabricação e validade.</p> <p>ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP</p>		
4	200	UNID.	<p><u>CHANTILY SABOR CHOCOLATE:</u></p> <p>Creme Chantilly UHT sabor chocolate, pronto para uso.</p> <p>Apresentação: Embalagem cartonada asséptica de 1 litro.</p> <p>Características: Produto à base de creme de leite, cacau em pó e estabilizantes, pronto para bater. Textura leve, aerada e cremosa após o preparo. Sabor característico de chocolate, suave e equilibrado, com leve dulçor. Cor marrom uniforme, sem grumos ou separação de fases. Rendimento elevado após o batimento, mantendo firmeza e estabilidade.</p> <p>Validade: Mínimo de 6 meses a partir da data de fabricação.</p>	30,21	6.042,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			Embalagem: Caixa cartonada asséptica de 1 litro, com tampa plástica de fácil abertura e vedação. Rotulagem conforme legislação vigente da ANVISA e MAPA, contendo: denominação do produto, lista de ingredientes, informações nutricionais, lote, data de fabricação e validade.		
5	50	PCT	<u>CHOCOLATE GRANULADO 500</u> <u>GR:</u> Pacote com no mínimo 500 gramas, embalagem plástica transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Contendo no rótulo informações de data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 12 meses. Marca de referência: MAVALÉRIO, DORY OU PAN. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	15,50	775,00
6	50	KG	<u>COCO RALADO SEM AÇÚCAR:</u> Polpa de coco desidratada natural sem açúcar, que não contenha glúten. Embalagem plástica resistente, com data de fabricação e prazo de validade de, no mínimo, 02 anos. Acondicionado em Embalagem mínima de 1KG. Com	37,00	1.850,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			informação nutricional. Marca de referência: INGÁ OU FRES COCO. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
7	100	UNID.	CORANTE ALIMENTÍCIO LÍQUIDO PARA CHANTILY: Com no mínimo as seguintes especificações: embalagem com no mínimo 10ml em cores variadas. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	3,25	325,00
8	400	KG	CREAM CHEESE: Queijo cremoso para uso culinário. Bisnaga contendo no mínimo 1 kg, com identificação do produto e prazo de validade. Marca de referência: DANÚBIO OU PHILADELFIA. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	45,70	18.280,00
9	20	KG	CREME CONFEITEIRO: Embalagem mínima de 1KG. Para o preparo de coberturas de bolos e sobremesas, massas de bolo, sorvetes, mousses, biscoitos e doces em geral. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	15,11	302,20
10	100	UNID.	DOCE DE LEITE EM PASTA PURO MÍNIMO 400g: Doce de leite em pasta industrializado,	29,46	2.946,00



			inspecionado. Embalagem: de material atóxico, constando rótulo com as informações necessárias conforme legislação. Doce de leite puro, não contém amido e possui consistência firme, ideal para confeitaria em geral, decoração de bolos, sonhos, tortas, croissants, churros, recheio de docinhos e muitas outras receitas. Acondicionado em Embalagem mínima de 400 Gramas. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
11	80	UNID.	<u>DOCE DE LEITE EM PASTA PURO</u> <u>MÍNIMO 800g:</u> Doce de leite em pasta industrializado, inspecionado. Embalagem: de material atóxico, constando rótulo com as informações necessárias conforme legislação. Doce de leite puro, não contém amido e possui consistência firme, ideal para confeitaria em geral, decoração de bolos, sonhos, tortas, croissants, churros, recheio de docinhos e muitas outras	40,52	3.241,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			receitas. Acondicionado em Embalagem mínima de 800 Gramas. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
12	50	UNID.	<u>DOCE DE LEITE EM PASTA PURO</u> <u>MÍNIMO 4,8KG:</u> Doce de leite em pasta industrializado, inspecionado. Embalagem: de material atóxico, constando rótulo com as informações necessárias conforme legislação. Doce de leite puro, não contém amido e possui consistência firme, ideal para confeitaria em geral, decoração de bolos, sonhos, tortas, croissants, churros, recheio de docinhos e muitas outras receitas. Acondicionado em Embalagem mínima de 4,8 KG. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	111,33	5.566,50
13	300	SACO	<u>FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PARA PANIFICAÇÃO SACO</u> <u>25KG:</u> Classificação/ Características gerais: especial para panificação, produto obtido do trigo sadio,	112,67	33.801,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			devidamente limpa, com cor BRANCA, isenta de matéria terrosa e parasitas, não podendo estar úmida, fermentada ou rançosa, devendo obedecer à legislação vigente, embalada em sacos mínimo de 25 Kg. Marca de referência: BUNGE, PREDILETA OU SUPREMA. Marca de referência: BUNGE, PREDILETA OU SUPREMA. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
14	300	SACO	<u>FARINHA PRÉ-MISTURA PARA PÃO FRANCÊS SACO 25 KG:</u> Nacional de primeira qualidade; de fermentação prolongada; isenta de sujidades, mofo, parasitas e larvas, materiais terrosos; acondicionada em embalagem apropriada e resistente, com informação nutricional; validade mínima de 04 meses a contar da data de entrega. UNIDADE DE FORNECIMENTO: Saco 25 Quilogramas. Marca de Referência: Bentamix (BUNGUE), Aromix (ARO) ou de	94,92	28.476,00



			melhor qualidade. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
15	400	PCT	FERMENTO BIOLÓGICO PACOTE DE 500G: Classificação/ Características gerais: deverá apresentar odor característico, ausência de parasitas, sujidades, mofos. Constar rótulo com marca, endereço do fabricante, número do registro e data de validade. Marca de referência: FLEISCHMANN, ITAIQUARA OU LEVAPAN. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	8,60	3.440,00
16	150	PCT	FERMENTO BIOLÓGICO SECO PACOTE DE 500G: Classificação/ Características gerais: deverá apresentar odor característico, ausência de parasitas, sujidades, mofos. Constar rótulo com marca, endereço do fabricante, número do registro e data de validade. Marca de referência: FLEISCHMANN, ITAIQUARA OU LEVAPAN. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	23,00	3.450,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

17	60	PCT	<u>LEITE CONDENSADO PCTE.</u> <u>2,5KG;</u> Embalagem contendo 2,5kg, estando a mesma em perfeitas condições, livre de perfurações ou estofamentos. Ingredientes: leite integral, leite em pó integral, açúcar e lactose, com ausência de glúten. Isento de matérias estranhas e sujidades. Validade de 6 meses a contar da data de entrega. Marca de referência: Piracanjuba, Nestle. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	43,50	2.610,00
18	100	BALDE	<u>MARGARINA VEGETAL 80%</u> <u>LIPÍDIOS BALDE 15KG:</u> Margarina com sal (creme vegetal). Embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada, embalagem mínima de 15kg com 80% lipídios em sua composição. Possuir registro no Ministério da Agricultura. Prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Marcas pré-aprovadas: BUNGUE SUPREMA, PRIMOR, SADIA ou outra de	178,00	17.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			igual, ou melhor, qualidade. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
19	100	BALDE	MARGARINA VEGETAL 50% LIPÍDIOS BALDE 15 KG: Margarina com sal (creme vegetal). Embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada, embalagem mínima de 15 kg com 50% lipídios em sua composição. Possuir registro no Ministério da Agricultura. Prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Marcas pré-aprovadas: BUNGUE SUPREMA, PRIMOR, SADIA ou outra de igual, ou melhor, qualidade. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	165,00	16.500,00
20	200	BALDE	MARGARINA VEGETAL 75% LIPÍDIOS BALDE 15KG: Margarina com sal (creme vegetal). Embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada, embalagem mínima de 15kg com 75% lipídios em	174,60	34.920,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			sua composição. Possuir registro no Ministério da Agricultura. Prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Marcas pré-aprovadas: BUNGUE SUPREMA, PRIMOR, SADIA ou outra de igual, ou melhor, qualidade. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
21	500	PCT	MELHORADOR: Pacote 500g. Amido estabilizante polisorbato 80 e estearoil-2 lactil lactato de sódio, melhoradores de farinha ácido ascórbico e enzima alfa amilase, sem glúten. Marca de referência: LEVAPAN. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	17,46	8.730,00
22	200	PCT	MISTURA DE BOLO PRONTA CHOCOLATE: Mistura para bolo pronta sabor chocolate. Pacote de 5kg. Marca de referência: "Vilma". ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	78,72	15.744,00
23	100	PCT	MISTURA DE BOLO PRONTA ABACAXI: Mistura para bolo pronta sabor abacaxi. Pacote de 5kg. Marca de referência:	62,49	6.249,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			"Vilma". ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
24	100	PCT	MISTURA DE BOLO PRONTA BAUNILHA: Mistura para bolo pronta sabor baunilha. Pacote de 5kg. Marca de referência: "Vilma". ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	48,50	4.850,00
25	100	PCT	MISTURA DE BOLO PRONTA CENOURA: Mistura para bolo pronta sabor cenoura. Pacote de 5kg. Marca de referência: "Vilma". ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	58,13	5.813,00
26	100	PCT	MISTURA DE BOLO PRONTA FUBÁ: Mistura para bolo pronta sabor fubá. Pacote de 5kg. Marca de referência: "Vilma". ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	60,92	6.092,00
27	100	PCT	MISTURA DE BOLO PRONTA LARANJA: Mistura para bolo pronta sabor laranja. Pacote de 5kg. Marca de referência: "Vilma". ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	50,70	5.070,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
28	100	PCT	<u>MISTURA DE BOLO PRONTA COCO:</u> Mistura para bolo pronta sabor coco. Pacote de 5kg. Marca de referência: "Vilma". ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	66,02	6.602,00
29	100	UNID.	<u>OVO LÍQUIDO INTEGRAL PASTEURIZADO RESFRIADO:</u> ingredientes: ovo. Não conter glúten. Sem conservantes. Líquido viscoso. Cor, sabor e odor característicos de ovo. Embalagem tetrapak de 1 litro. Líquido, filtrado, homogeneizado, pasteurizado, resfriado, envasado asepticamente em embalagem previamente esterilizada e estocado sob refrigeração. 1 kg de ovo líquido deverá corresponder a 20 ovos in natura (grandes). Embalagem: caixa tetrapak, contendo 1kg. Validade: Mínimo 2 meses a partir de sua fabricação. Produto com Registro no Ministério da Agricultura – SIF. Marca de referência:	33,41	3.341,00



			FLEISCHEGGS, POVO OU MAXXI OVOS. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
30	1.000	PCTE.	<u>PÃO DE QUEIJO PCTE. MÍNIMO DE 1KG CONGELADO:</u> Produto obtido através da mistura de água, polvilho doce, ovo, gordura vegetal, fécula de mandioca, queijo, amido modificado, leite em pó, sal, podendo conter aroma idêntico ao natural de queijo. Os produtos deverá ser acondicionado em pacotes em sacos de polietileno, atóxico, lacrado, resistente ao transporte e ao armazenamento com peso mínimo de 1kg, com aproximadamente 30 unidades de pães, com um peso bruto variado em 30gr a 35gr por unidade. Não serão aceitos durante a entrega produtos em estado de descongelamento. O produto deve ser entregue de acordo com as especificações da descrição acima transcrita, bem como devidamente embalado,	21,00	21.000,00



			dentro do prazo de validade e dentro das normas da legislação vigente como as Resoluções RDC n.º 275, de 21 de outubro de 2002, n.º 263, de 22 de setembro de 2005 e n.º 278, de 22 de setembro de 2005, da ANVISA, Portaria n.º 326, de 30 de julho de 1997, da Secretaria da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e Portaria Inmetro nº 146, de 20 de junho de 2006, sob pena de serem devolvidos. Marca de referência: MASSAS DAIANA OU MARQUESPAN. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
31	1.000	KG	<u>PÃO FRANCÊS CONGELADO KG;</u> Composição ingredientes; farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, melhorador (alfa amilase, polisorbato 80, emulsificante, oxidante: ácido ascórbico e azodicarbonamida), fermento biológico, apresentar Textura, cor, sabor e odor característico. O produto deverá ser rotulado de acordo com legislação	14,68	14.680,00



			<p>vigente. Deverá constar data de fabricação, Validade e Lote em sua embalagem. Os produtos deverá ser acondicionado em pacotes em sacos de polietileno, atóxico, lacrado, resistente ao transporte e ao armazenamento com peso mínimo de 3kg, de pães, com um peso bruto variado de 60gr a 70gr por unidade. Não serão aceitos durante a entrega produtos em estado de descongelamento. O produto deve ser entregue de acordo com as especificações da descrição acima transcrita, bem como devidamente embalado, dentro do prazo de validade e dentro das normas da legislação vigente como as Resoluções RDC n.º 275, de 21 de outubro de 2002, n.º 263, de 22 de setembro de 2005 e n.º 278, de 22 de setembro de 2005, da ANVISA, Portaria n.º 326, de 30 de julho de 1997, da Secretaria da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e Portaria Inmetro nº 146, de 20 de junho</p>		
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			de 2006, sob pena de serem devolvidos. Marca de referência: MASSAS DAIANA OU MARQUESPAN. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
32	60	SACO	<u>POLVILHO AZEDO:</u> Classificação/ Características gerais: isento de insetos e materiais estranhos não podendo estar úmido. O produto a ser entregue não poderá ter validade inferior a 6 meses. Em saco mínimo de 25kg. Marca de referência: TUPGUARA. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	195,05	11.703,00
33	50	UNID.	<u>RECHEIO PARA CONFEITARIA ABACAXI BALDE MÍNIMO DE 4KG:</u> Embalagem mínima de 4 kg. SABOR ABACAXI. Marca de referência: DE MARCHI. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	106,39	5.319,50
34	50	UNID.	<u>RECHEIO PARA CONFEITARIA AMEIXA BALDE MÍNIMO DE 4KG:</u> Embalagem mínima de 4 kg. SABOR AMEIXA. Ingredientes: açúcar, ameixa,	83,71	4.185,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

			espessante amido, conservante sorbato de potássio. Sem glútem. Marca de referência: DE MARCHI. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
35	50	KG	RECHEIO CONFEITARIA CREME DE AVELÃ 1KG: recheio para bolo sabor creme de avelã. Embalagem contendo no mínimo 1 kg. Ingredientes: Açúcar, gordura vegetal, soro de leite em pó, avelã, cacau em pó, maltodextrina, aromatizantes e emulsificante lecitina de soja. Marca de referência: Vabene. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	44,29	2.214,50
36	50	KG	RECHEIO CONFEITARIA CREME NINHO/LEITINHO 1KG: recheio para bolo sabor creme ninho. Embalagem contendo no mínimo 1 kg. Ingredientes: Açúcar, óleo vegetal, leite em pó, gordura vegetal, soro de leite em pó, sal, emulsificantes lecitina de soja e poliglicerol polirricinoleato e aromatizante. Marca de referência: Vabene.	39,91	1.995,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

			ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP		
37	50	UNID.	RECHEIO PARA CONFEITARIA MORANGO BALDE MÍNIMO DE 4KG: Embalagem mínima de 4 kg. SABOR MORANGO. Marca de referência: DE MARCHI. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	138,42	6.921,00
38	50	KG	RECHEIO CONFEITARIA SABOR BRIGADEIRO 1KG: recheio para bolo sabor brigadeiro. Embalagem contendo no mínimo 1 kg. Ingredientes: Água, açúcar, açúcar invertido, xarope de glicose, amido modificado, leite em pó, soro de leite em pó, gordura vegetal, cacao em pó, sal, estabilizante celulose microcristalina e carboximetilcelulose sódica, aromatizantes, acidulante glucono-delta-lactona, conservante sorbato de potássio e emulsificante lecitina de soja. Marca de referência: Vabene. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	35,80	1.790,00



39	50	GALÃO	UNTA FORMA: Ingredientes: água, óleo de soja e monoglicerídeos. Sem GLÚTEM. Validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega. Galão de 5 litros. Marca de referência: LEVAPAN. ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP	100,46	5.023,00
----	----	-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------	----------

1.3. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, e no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2.021 e do decreto municipal nº 2236 de 23 de julho de 2025.

1.1. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

1.2. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de Rerratificação pactuado pelas partes.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no planejamento da Secretaria Municipal demandante para o Ano de 2026, com recursos orçamentários reservados para tal ação, conforme Decreto Municipal nº 2.255, de 05 de janeiro de 2026.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice I deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. SUSTENTABILIDADE

5.1. Observando os preceitos do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, com base nas recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (2023) e considerando as características técnicas dos itens objeto da contratação, além dos critérios de sustentabilidade que eventualmente já constem na descrição dos itens, devem ser atendidos os seguintes requisitos.

5.2. Os produtos devem ser fornecidos em embalagens compostas por substâncias comprovadamente seguras, com base nas listas positivas estabelecidas pela ANVISA no âmbito da regulamentação de materiais e embalagens que entram em contato direto com alimentos.

5.3. Os produtos devem ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis ou biodegradáveis.

Garantia da Contratação

5.4. Não haverá a exigência de garantia da contratação, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, que se referem fundamentalmente à conveniência e à oportunidade socioeconômica, com vistas ao não encarecimento da contratação e à ampliação da concorrência, já que os bens objeto da contratação são caracterizados como de natureza comum.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições da entrega

6.1. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com formalização da Ata de Registro de Preços (ARP), a qual estabelecerá as condições gerais aplicáveis ao fornecimento (preços registrados, vigência, fornecedores registrados, regras



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

de entrega, recebimento, fiscalização, sanções e demais condições

6.2. As aquisições ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, por meio de contratações decorrentes da ARP, sendo cada atendimento formalizado mediante emissão de Ordem de Fornecimento (OF), acompanhada do respectivo empenho, observadas as rotinas internas do Município e a legislação aplicável.

6.3. Para fins de instrumentalização das contratações decorrentes, aplica-se o disposto no art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, no sentido de que, quando cabível, o termo de contrato poderá ser substituído por instrumento equivalente, sem prejuízo da obrigatoria formalização mínima do ajuste e dos controles de execução, incluindo gestão e fiscalização, recebimento provisório e definitivo, liquidação e pagamento, bem como a aplicação de sanções, quando for o caso.

6.4. Quando, por motivação técnica/administrativa devidamente justificada, as características do ajuste demandarem maior detalhamento formal (por exemplo: condições específicas de execução, matriz de risco, garantias, obrigações acessórias), a Administração deverá optar pela celebração de termo de contrato, sem prejuízo do SRP e da ARP.

6.5. O prazo de entrega será de 05 dias corridos, conforme a necessidade do município, que enviará o empenho ou documento equivalente.

6.6. A entrega será parcelada

6.7. Definição do local de entrega dos materiais, a saber: O (s) item (s) deverá (ão) ser entregue (s) na Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente, situado à Rua Prudente de Moraes, nº 850 Centro, Ribeirão Corrente – SP, em até 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de fornecimento.

6.8. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com formalização da Ata de Registro de Preços (ARP), a qual estabelecerá as condições gerais aplicáveis ao fornecimento (preços registrados, vigência, fornecedores registrados, regras de entrega, recebimento, fiscalização, sanções e demais condições).

6.9. As aquisições ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, por meio de contratações decorrentes da ARP, sendo cada atendimento formalizado mediante emissão de Ordem de Fornecimento (OF), acompanhada do respectivo empenho, observadas as rotinas internas do Município e a legislação aplicável.

6.10. Para fins de instrumentalização das contratações decorrentes, aplica-se o disposto no art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, no sentido de que, quando cabível, o termo de contrato



poderá ser substituído por instrumento equivalente, sem prejuízo da obrigatória formalização mínima do ajuste e dos controles de execução, incluindo gestão e fiscalização, recebimento provisório e definitivo, liquidação e pagamento, bem como a aplicação de sanções, quando for o caso

6.11. Quando, por motivação técnica/administrativa devidamente justificada, as características do ajuste demandarem maior detalhamento formal (por exemplo: condições específicas de execução, matriz de risco, garantias, obrigações acessórias), a Administração deverá optar pela celebração de termo de contrato, sem prejuízo do SRP e da ARP.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

7.5. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou instrumento equivalente, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, tendo como órgãos Gestores as Secretarias Municipais e Departamentos demandantes.



Fiscalização Técnica

7.7. Os fiscais técnicos do contrato ou instrumento equivalente acompanharão a execução do contrato ou instrumento equivalente ou instrumento equivalente, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato ou instrumento equivalente, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, I

7.1. O fiscal técnico deverá verificar, durante a execução das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, se o fornecimento está sendo realizado diretamente pela contratada, incluindo procedência, conformidade com as especificações técnicas, documentação de entrega, garantia e assistência técnica quando aplicável. Fica vedada qualquer forma de subcontratação da execução do objeto, entendida como transferência, total ou parcial, das obrigações principais de fornecimento a terceiros, nos termos do art. 122, caput e § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 Não se caracteriza subcontratação a contratação de transportadora para mera logística de entrega, desde que a responsabilidade integral pelo fornecimento, prazos, integridade dos bens, garantia e demais obrigações permaneça com a contratada, e que a nota fiscal seja emitida pela própria contratada.

7.1.2 Para fins deste Termo de Referência, considera-se subcontratação toda forma de transferência, total ou parcial, da execução do objeto a terceiros, incluindo, exemplificativamente:

7.2. Utilização de empresa parceira para fornecer os bens em substituição à contratada;

7.3. Entrega de equipamentos com documentação fiscal/garantia emitida por terceiro estranho à contratação.

7.4. Uso de terceiros para assumir obrigações de garantia, substituição, manutenção corretiva e demais responsabilidades contratuais, quando estas forem de incumbência da contratada.

7.5. A constatação de subcontratação caracteriza descumprimento das obrigações contratuais, sujeitando a contratada às medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos e de outras consequências previstas na legislação e no instrumento convocatório/ajuste

7.6. O fiscal técnico do contrato ou instrumento equivalente anotar no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente todas as ocorrências relacionadas à execução



do contrato ou instrumento equivalente, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/ 2021, art. 117, §1º);

7.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato ou instrumento equivalente emitirá notificações para a correção da execução do contrato ou instrumento equivalente, determinando prazo para a correção.

7.8. O fiscal técnico do contrato ou instrumento equivalente informará ao gestor do contrato ou instrumento equivalente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou instrumento equivalente nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato ou instrumento equivalente comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou instrumento equivalente.

7.10. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato ou instrumento equivalente, em tempo hábil, o término do contrato ou instrumento equivalente sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.11. De forma subsidiária aos regulamentos Municipais, será utilizado o Decreto Federal 11.246/2022, no que dispõe as regras para a atuação do agente de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato ou instrumento equivalente e seu substituto verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato ou instrumento equivalente atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato ou instrumento equivalente para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.14. Constituem ainda obrigações relativas à fiscalização Administrativa:

7.15. Recepcionar, conferir e atestar da contratada os documentos necessários ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

pagamento, previstos no termo de contrato e nas exigências da Setor de Contabilidade que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;

7.16. Notificar a contratada sobre irregularidades documentais porventura constatadas durante a execução do contrato ou instrumento equivalente.

7.17. Providenciar prosseguimento administrativo de possíveis processos de aditamento, recisões e outros que possam vir a ocorrer, em conjunto com a fiscalização técnica.

7.18. Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato ou instrumento equivalente;

7.19. Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

7.20. De forma subsidiária aos regulamentos Municipais, será utilizado o Decreto Federal 11.246/2022, no que dispõe as regras para a atuação do agente de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Gestor do Contrato

7.21. O gestor do contrato ou instrumento equivalente coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato ou instrumento equivalente para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.22. O gestor do contrato ou instrumento equivalente acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.23. O gestor do contrato ou instrumento equivalente acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de



riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.24. O gestor do contrato ou instrumento equivalente emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.25. O gestor do contrato ou instrumento equivalente tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.26. O gestor do contrato ou instrumento equivalente deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.27. O gestor do contrato ou instrumento equivalente deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato ou instrumento equivalente.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta

8.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10. O prazo de validade;

8.11. A data da emissão;

8.12. Os dados do contrato ou instrumento equivalente e do órgão contratante;

8.13. O período respectivo de execução do contrato ou instrumento equivalente;

8.14. O valor a pagar; e

8.15. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas



saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante; a Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista por meio consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta aos documentos de habilitação exigidos na licitação, visando:

8.18. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.19. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

8.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação documental.

Do prazo de pagamento

8.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias a contar da liquidação da despesa.

8.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

realização, mediante aplicação do IPC-FIPE (Índice Preços ao Consumidor de correção monetária).

Da forma de pagamento

8.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.29. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado conforme necessidade.

9.3. Exigências de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica Pessoa física:

9.4. cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor e estadual relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 344.103,80 (trezentos e quarenta e quatro mil, cento e três reais e oitenta centavos)**.

10.2. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação, conforme art. 25 § 7º da Lei 14.133/2021

10.3. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade, com data base vinculada à data do orçamento estimado **(16-03-2026)**, sendo que o índice previsto para a contratação será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC (FIPE).

10.3.1 Adota-se o IPC – Índice de Preços ao Consumidor como índice de correção monetária/reajustamento por se tratar de indicador que reflete a variação média dos preços de bens e serviços destinados ao consumo, mostrando-se compatível com a natureza do objeto quando este estiver relacionado ao fornecimento de itens de consumo corrente. No caso do IPC-Fipe, a própria Fundação informa que o índice mede a evolução do custo de vida das famílias no Município de São Paulo, com apuração periódica de preços ao consumidor, inclusive com grupo específico de alimentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

10.3.2 A Lei nº 14.133/2021 conceitua o reajustamento em sentido estrito como mecanismo de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante aplicação de índice setorial ou geral de preços previamente estabelecido no edital e no contrato. Assim, a escolha do índice deve guardar pertinência com a estrutura de custos do objeto contratado e ser expressamente motivada nos documentos preparatórios.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, para o ano de 2026.

11.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

FICHA: 15

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – GABINETE DO PREFEITO

DOTAÇÃO: 04.122.0045.2010.0000

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 21

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – GABINETE DO PREFEITO

DOTAÇÃO: 08.244.0030.2260.0000

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 33

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOTAÇÃO: 04.122.0065.2100.0000

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 61

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO: 10.301.0150.2140.0001

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 106



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.306.0210.2008.2121.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 107

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.306.0210.2008.2125.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 108

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.306.0210.2008.2131.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 109

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.306.0210.2008.2135.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 131

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.365.0210. 2180.0280

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 134

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.365.0210. 2180.0281

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 154

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

Estado de São Paulo

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.306.0210.2008.2201.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 155

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.306.0210.2008.2202.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 156

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.306.0210.2008.2205.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 157

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.306.0210.2008.2214.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 158

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.306.0210.2008.2218.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 165

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.361.0210.2150.0001.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 188

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

DOTAÇÃO: 12.361.0210.2150.0282.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 211

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO: 12.306.0219.2008.2335

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 230

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO INFRAESTRUTURA, OBRAS,
HABITAÇÃO E SERVIÇOS.

DOTAÇÃO: 15.451.0049.2250.0000

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 240

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO INFRAESTRUTURA, OBRAS,
HABITAÇÃO E SERVIÇOS.

DOTAÇÃO: 26.782.0361.2270.0000

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 265

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOTAÇÃO: 08.244.0120.2371.1010.

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 317

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOTAÇÃO: 14.243.0110.2350.0000

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 323

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

UNIDADE: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOTAÇÃO: 08.241.0095.2330.0000

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 330

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

DOTAÇÃO: 20.605.0315.2130.0091

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

FICHA: 346

ÓRGÃO: 02 EXECUTIVO

UNIDADE: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

DOTAÇÃO: 27.812.0385.2240.0000

MATERIAL E CONSUMO 3.3.90.30.00

11.3. despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, para o ano de 2026.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO I – Termo de Referência

Apêndice I do Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Mapa de Riscos

Ribeirão Corrente, 17 de março de 2026.

MARCELO DONIZETE BERTANHA
Secretário Municipal de Planejamento, Obras, Habitação e Serviços.

SILVANA APARECIDA FERREIRA MENDES
Secretária Municipal da Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
Estado de São Paulo

TATIANE CRISTINA JANNEU BARRETO
Diretora do Departamento de Assistência Social

AIRTON LUIZ MONTANHER
Secretário Municipal de Administração

ELAINE CRISTINA RODRIGUES
Secretária Municipal de Educação

ROGÉRIO PERES RODRIGUES ALVES
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente